

algumas despesas administrativas financiadas pelo FEDD, onde ressaltou que a posição não mudou muito, pois gostaria de saber quais seriam as despesas, e que as ações lidas, são sub ações de uma ação maior de fiscalização, mas que dentro das sub ações existiam despesas, que podem ser caracterizadas como despesas administrativas e despesas finalísticas, ressaltando que a leitura das sub ações não garante que todas as despesas que vierem a ser empenhadas e liquidadas são efetivamente despesas finalísticas, e que de acordo com o Artigo 6º da Lei do Fundo, o recurso deverá ser direcionado a despesas diretamente relacionadas de natureza da infração do dano causado. A Senhora Maria do Socorro Castro, informou que sua Direção na SEPLAD e a Secretaria adjunta de orçamento, analisaram que nesse momento não iriam se posicionar, sendo orientada a solicitar que a SEJUDH elabore um documento suscitando à SEPLAD o posicionamento a respeito do pagamento das despesas, documento este que seria submetido a análise da Diretoria de Orçamento e a Procuradoria Jurídica da SEPLAD, e que após essa análise, a Secretaria pudesse se posicionar com maior segurança no Conselho. O Sr. José Francisco de Jesus Pantoja Pereira tomou a palavra e esclareceu que na reunião atrasada as 11 ações foram aprovadas, e que na reunião passada, as 21 ações também foram aprovadas, sendo que o Núcleo de Planejamento da SEJUDH notou que a autorização do pagamento das despesas não ficou bem clara, mas que novos itens não foram colocados à aprovação, esclarecendo que continuaria fazendo aquilo que já fora aprovado anteriormente pelo conselho. O Secretário destacou que a reunião era consultiva e tinha o objetivo de esclarecer as dúvidas e mostrar ações que já vinham sido realizadas desde o ano anterior e que todos os itens foram aprovados na reunião passada, não havendo nesta reunião, nenhum item novo submetido a aprovação. O Sr. Secretário ressaltou que apresenta esclarecimentos sobre a ata anterior, e que a Secretaria continuará a fazer o que fora aprovado anteriormente nas reuniões do CEDDD. O Sr. José Castro perguntou se o pagamento de pessoal seria com os recursos do Fundo, e que se assim fosse, o Fundo não teria dinheiro para a realização das ações elencadas até o número 20 e outras que possam vir, questionando que esse pagamento deveria ser feito com recursos do tesouro. O Sr. Secretário da SEJUDH, destacou que a Secretaria não irá contratar mais pessoal, e que existiu a proposta do Governo do Estado, para a realização do PSS e que com a autorização do Governo e da SEPLAD existia a proposta de contratação de pessoal para a Usina da paz, e que a solicitação já fora encaminhada para a SEPLAD e que não haverá mais contratação e pagamento do Fundo, continuando os mesmos pagamentos que estavam sendo feitos nos anteriores e que a partir de agosto as Usinas da Paz serão Inauguradas e que a SEJUDH encaminhou solicitação de carros, gasolina, pessoal, etc, solicitando autorização da SEPLAD. A Sra. Soraya, técnica do PROCON, esclareceu que alguns pagamentos que foram feitos, não estavam de acordo com o conhecimento dos Conselheiros e que a ata da penúltima reunião, demonstra que só foi combinado com os Conselheiros o Pagamento do Aluguel do prédio do PROCON, ressaltando ainda que para cada ação das 21 elencadas, possui um planejamento de gastos: cartilhas, banner, diárias, equipamentos e que este detalhamento não fora feito na ultima reunião, e é isso que fez falta para o esclarecimento das despesas, mas que realmente os pagamentos vem sendo realizados por gestões anteriores, à revelia do PROCON e Conselheiros, dentre estes: pagamento de pessoal e vigilância, correio, água e luz destacando que estas não eram atividades finalísticas do PROCON e sim atividades meio e que as ações precisam ser analisadas com critérios, para não utilizarem dinheiro do fundo em atividades que são responsabilidades do tesouro. A Sra. Soraya sugere que as atividades devem ser apresentadas aos senhores conselheiros, se responsabilizando por tal apresentação, e encaminhamento de documentos para todos, viabilizando a correção de um erro iniciado na gestão do Sr. Rogério e que o erro não poderia ter continuidade, destacando que os gestores passam, mas que a herança fica para os técnicos, sendo este o motivo do questionamento feito pela mesma. O Sr. Secretário tomou a palavra novamente e destacou que na reunião passada um Conselheiro o qual não lembrou o nome, realizou este mesmo questionamento e foi esclarecido no momento, que se esses pagamentos não fossem realizados, as ações do SEJUDH ficariam paradas, afirmando que o PROCON é uma Diretoria da Secretaria e que quem define as regras é o Secretário da SEJUDH e que o deslinde de tudo o que fora discutido é simples, o esclarecimento realizado nesta reunião consultiva. O Sr. Secretário perguntou se havia algum questionamento sobre os pontos já aprovados nas reuniões anteriores, e se os presentes tinham algum impedimento, quanto a SEJUDH continuar fazendo aquilo que vinha fazendo a mais de ano. A senhora Soraya Failache se manifestou novamente, ressaltando que pagamento de pessoal não vinha sendo realizado com recursos do Fundo, sendo iniciado esses pagamentos apenas da gestão anterior. O Sr. Secretário informou que o pagamento de pessoal era realizado com recursos do tesouro e convocou a servidora a se fazer presente na SEJUDH, no dia 10 de maio de 2021, para discutirem juntos com a CAFIN e jurídico da SEJUDH, sobre o assunto. O Sr. José Castro iniciou sua fala destacando que o Secretário está na Secretaria a dois meses, sendo que neste tempo, fosse possível que houvessem sido pagas despesas que já vinham sendo pagas antes de sua gestão. Destacou que o Secretário estava preocupado com estes pagamentos e com o que pudesse acontecer no futuro, concordando com o Secretário, de dar continuidade as atividades, pagando o que já vinha sendo feito. Esclareceu ainda que a proposta do Secretário é regularizar os pagamentos e sugere que para o futuro sejam discutidas outras formas de realizar os referidos pagamentos e se fosse o caso, do dia da reunião, e pra frente não pagaria mais. O Sr. José Castro refletiu sobre a necessidade de encerramento da discussão, que o Secretário realizasse o

pagamento do jeito que já vem sendo feito, mas que para o futuro resolva a melhor forma de realizar os referidos pagamentos, e que apoiava o Secretário quanto a regularização, que conhecia o mesmo, conhecia como o Secretário trava da coisa pública e de sua competência e seriedade. O Sr. José Francisco ressaltou novamente que todos os pontos da ata foram aprovados pelo Conselho e que existiam algumas despesas paradas, que precisavam ser pagas e que ao entrar na gestão da SEJUDH os pagamentos já estavam sendo feitos, não havendo nada de excesso e que sua compreensão, fora aprovado nas reuniões anteriores. O Senhor Secretário informou ainda que os novos projetos aprovados ainda não iniciaram sua execução, por estarem aguardando liberação de recursos pela SEPLAD. Destacou ainda que o questionamento da reunião era quanto a clareza da ata, quanto as ações e que as pessoas que não estavam na reunião passada, não tem como responder, mas que não há denúncia sobre a reunião passada, mas que não via problema em convocar uma nova reunião para discussão do assunto. O Sr. José Castro perguntou ao NUPLAN e a CAFIN da SEJUDH, presentes na reunião, se estes compreendem que tudo o que está descrito nas ações podem ser pagos com recurso do Fundo. Sra. Fátima Carvalho e o Sr. Secretário afirmaram que sim. Dessa forma, Sr. José Castro, ressaltou que pelo seu entendimento, o Fundo precisa ser utilizado nas atividades fins e que possui dúvidas sobre os pagamentos referentes a ação 21, mas que se o núcleo de planejamento diz que só basta esclarecer em ata os referidos pagamentos, então destacou ser de acordo com o esclarecimento em ata, e que continuem os pagamentos, para poderem fluir as atividades do PROCON, tendo como única preocupação a falta de recursos do Fundo, pelo fato de serem gastos com despesas que o tesouro pudesse pagar. Sr. José Castro vota pela regularização da ata, especificando as despesas que deveriam ser pagas. O Sr. José Francisco concordou com o Sr. José Castro e afirmou que já pegou o barco andando e que a Direção na gestão passada não apresentou a referida reclamação e que para a realização mudanças dos pagamentos, terão que realizar uma nova dotação orçamentária, a ser encaminhada à SEPLAD para poder retirar os custos do FEDDD e que enquanto isso, as atividades importantes serão paralisadas na Secretaria, e destacou que estas não poderiam parar. O Sr. Secretário afirmou ainda que as despesas serão apresentadas à SEPLAD, demonstrando o destino dos recursos e solicitando nova dotação orçamentária à Secretaria, para que despesas não saiam dos recursos do FEDDD, mas que no momento havia urgência de pagar despesas para as atividades não parassem e que os compromissos contratuais precisavam ser atendidos. A Sra. Soraya solicitou a palavra para esclarecer que o Fórum de discussão sobre o uso do dinheiro do Fundo deverá ser realizado na reunião do Conselho e que a mesma não se sentia à vontade de ir no gabinete esclarecer seu pensamento, que deveria ser colocado na reunião do conselho, tendo o mesmo a finalidade de orientar, de gerir e deliberar sobre o uso dos recursos e que o pagamento de pessoal não foi conversado com os Conselheiros, sendo que esta despesa compromete boa parte do recurso do fundo que é para promoção do Direito do Consumidor. O Sr. Secretário dá seguimento à reunião, destacando que a SEJUDH vai continuar efetuando os pagamentos de todas as despesas oriundas do PROCON, por meio do FEDDD, que já vinham sendo realizadas a algum tempo. Esclarece que a SEJUDH, encaminhará em até dois meses à SEPLAD, um Ofício, demonstrando as despesas administrativas executadas pelo FEDDD, solicitando a possibilidade de incluir no orçamento da SEJUDH/TESOURO as despesas do FEDDD/PROCON, que serão doravante custeadas com Recurso do Tesouro, caso seja alterado o orçamento pela SEPLAD, a SEJUDH então, fará a alteração da fonte de pagamento. Nada mais havendo a ser tratado, o Secretário agradeceu a presença de todos, informou que tudo o que fora esclarecido em reunião, seria lavrado em ata, para que pudesse continuar cumprindo com as obrigações na SEJUDH e no Estado do Pará. Deu por encerrada a reunião na qual, eu, Ingrid Karime Soares Dias, Secretária de Conselhos, redigi a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai por mim assinada e pelos demais presentes desta reunião híbrida. Belém, seis de maio de dois mil e vinte e um.

José Francisco de Jesus Pantoja Pereira – titular SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Eliandro José Kogempa Barbosa – Diretor PROCON/PA \_\_\_\_\_  
 José Frutuoso de Castro – titular ADECAMBRASIL \_\_\_\_\_  
 Maria do Perpétuo Socorro Garcia Castro – suplente SEPLAD \_\_\_\_\_  
 Maria de Fátima Peixoto Carvalho DAFIN/SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Sabrina Nathachi Souza Virgolino CAFIN/SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Ana Clara Rodrigues do Nascimento NUPLAN/SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Soraya Failache – Técnica PROCON/SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Edson Costa – Técnico PROCON/SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Viviana Costa Fernández – SECCON/SEJUDH \_\_\_\_\_  
 Ingrid Karime Soares Dias – SECCON/SEJUDH \_\_\_\_\_